

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 11

2 **DE MARÇO DE 2021.**

Ao décimo primeiro dia (11°) dia do mês de março de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e onze minutos 3 4 (8h11), iniciou-se a quarta (4a) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca. 5 Devido a situação de emergência em saúde pública da Covid-19 a reunião aconteceu no formato virtual, na plataforma de videoconferência da Prefeitura no link: https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9, 6 7 conforme recomendações e orientações normativas. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante 8 titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência 9 Social, Senhor Oiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião vinte e três (23) conselheiros(as), sendo 10 doze (12) da Sociedade Civil e onze (11) do Poder Público, com (as)os seguintes Conselheiros(as) Titulares: 11 Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Yheda Maria Lanes Gaioli, Óiter Cassiano 12 Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Carlos Eduardo dos Santos, Maria Aparecida Morais Oliveira, Ana Paula 13 Pinto Marafiga, Jandira de Almeira Ramos, Jussara Barreto, Andréa Fernanda de Faria e Sousa, Karla Regina 14 Messias Oliveira, Sílvia Helena Bertolino dos Santos e Leandro Ferreira. Conselheiros(as) Suplentes na 15 Titularidade: Rute Alves Silveira. Conselheiros Suplentes: Geraldine Garcia Fuga Menezes, Josiane Aparecida 16 Antunes Campos, Claudia Maria Fragoso Cerqueira, Luzia Regina Alves, Wagner José de Oliveira, Iara Flávia 17 Afonso Guimarães, Gisleide Branquinho Ramos e Josiane Aline de Oliveira Freitas. A reunião contou com a 18 participação de diversos convidados da rede socioassistencial e outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a 19 seguinte: 1 - Ordem do dia: - Chamada e Verificação de quorum; - Apresentação das justificativas dos 20 conselheiros ausentes. 2. Aprovação da pauta, 3. Assuntos – 3.1 – Apresentação da Pesquisa do Forttsuas-RF 21 e discussão sobre "A seguridade trabalhista dos trabalhadores e trabalhadoras de serviços essenciais do 22 SUAS em tempos de pandemia"; 3.2 – Protocolo de Funcionamentos dos Serviços Socioassistenciais das 23 Unidades Estatais e Organizações da Sociedade Civil (OSC) Parceiras; 3.3 – Discussão e definição de 24 encaminhamentos sobre a necessidade de inclusão de Trabalhadores(as) do SUAS nos Planos de Vacinação 25 Covid-19. 4- Informes: 4.1 - Inserido o Parecer Favorável do CMAS sobre atualização de dados de Prefeito, 26 Gestor da Assistência Social e do FMAS no sistema do PMASWeb – Estadual; 4.2 – Publicada a Resolução 27 CMAS 03.2021 – Criação da Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Assistência Social de 28 Franca; 4.3 – Envio de Oficio Circular às Entidades e Organizações de Assistência Social sobre o prazo para 29 entrega de documentação anual do CMAS; 4.4- Recebimento de Ata de Assembleia da Fundação Espirita 30 Judas Iscariotes. O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os presentes, dando as boas vindas 31 aos(às) convidados(as) e passou a palavra para a Secretária Executiva, Maria Amélia, que realizou a chamada 32 dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum, bem como, os(as) conselheiros(as) titulares, os(as) 33 suplentes na titularidade. Em seguida foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes



35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53 54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

conselheiros (as): Roberta Moraes Lucas, Valdety Souza Vilar Gilberto, Irene da Conceição Silva, Eder Furtado Ribeiro, Susana Mendes de Carvalho e Luís Otávio Montelli. Dando sequência, a conselheira Jussara fez a leitura da pauta, que foi aprovada sem considerações e passou-se ao item 3.1 - Apresentação da Pesquisa do Forttsuas-RF e discussão sobre "A seguridade trabalhista dos trabalhadores e trabalhadoras de serviços essenciais do SUAS em tempos de pandemia"; O presidente Óiter deu início ao assunto e passou a palavra à Larissa, representante do FORTTSUAS-RF, que fez a apresentação do documento e ao final alguns conselheiros e conselheiras teceram comentários e considerações. Larissa explanou a respeito do Fórum de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social da Região de Franca (FORTTSUAS-RF), informando que esse foi instituído em 2016 e se trata de um movimento social de organização dos trabalhadores do SUAS. A respeito da pesquisa, explicou que a ideia surgiu da coordenação a fim de estreitar o diálogo com os(as) trabalhadores(as) do SUAS de Franca e Região, tratando sobre condições de trabalho no geral. A pesquisa iniciou em 2019, com construção coletiva do questionário, aplicação de pré testes e afins. Ao final de 2019, após a fase de pré testes e devidas alterações, foi deliberado que o documento seria encaminhado em 2020, contudo a pandemia se instaurou e a ocasião alterou os planos. Mediante a situação imposta pela COVID-19, se pensou em realizar a pesquisa de forma online, para maior alcance de trabalhadores de outros municípios. Assim sendo, o formulário ficou aberto no período de junho a agosto de 2020, com alcance de 13% dos trabalhadores da região, totalizando 320 respostas. Os eixos de perguntas a serem respondidos foram: I - Características e porte dos municípios; II - Perfil da trabalhadora/trabalhador; III - Condições de trabalho e remuneração; IV - Relações de Trabalho; V – Educação Permanente/Capacitação; VI – Organização/Participação Política. Disse ainda que o relatório referente a pesquisa está sendo elaborado em conjunto com o FETTSUAS, para ampla divulgação, e assim convidou o CMAS para compor o grupo de trabalho (GT) em posicionamento à defesa da política de assistência social e dos trabalhadores. Informou ainda que esse GT tem a proposta de promover estudos, rodas de conversa, lives e afins. Outra iniciativa do Fórum é em relação as vacinas. Foi elaborado um manifesto explicitando a importância da vacinação dos trabalhadores da rede SUAS, o qual foi divulgado amplamente aos órgãos de assistência social, conselhos e Ministério Público de cada região, além de outras articulações com o Governo do Estado. Os documentos foram socializados com o colegiado. Feita a apresentação, alguns conselheiros(as) parabenizaram a convidada Larissa pela apresentação e também o trabalho desenvolvido pelo FORTTSUAS. O conselheiro Carlos solicitou a palavra e pontuou que a pesquisa apresenta o alcance de 13% dos trabalhadores da rede SUAS, portanto dispõe de um parâmetro para pensar nas atividades e possíveis encaminhamentos de demanda dos trabalhadores, mas não abarca a realidade total dessa classe de profissionais, visto que há a limitação dos que acessaram a pesquisa. Argumentou que de acordo com os dados apresentados, nota-se que a pesquisa tem maior incidência de trabalhadores do setor público, portanto a realidade disposta não se aproxima da realidade de trabalhadores das OSCs. Em relação ao item que trata sobre EPIs, Carlos Eduardo



68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

manifestou preocupação com os trabalhadores que não tem acesso aos equipamentos básicos de proteção para execução do trabalho, uma vez que o Brasil se encontra em um pico de contaminação da doença. Outra preocupação é em relação aos trabalhadores que fazem parte dos grupos de risco e voltaram a exercer servico de forma presencial, não sendo coerente com a primeira ordem de afastamento dos mesmos. Relativo ao item que trata sobre os problemas de saúde da classe profissional, Carlos relatou acreditar em um possível agravamento, muito em razão da alta demanda de trabalhado e também daqueles que possuem carga horária excessiva. Ana Paula destacou que percebe-se que grande parte dos profissionais de nível fundamental e médio, não se vêm como trabalhadores do SUAS, não se consideram aptos a participar da pesquisa, além de relatos de dificuldades com a linguagem utilizada. Portanto sugeriu que fosse pauta do conselho fomentar a participação desses, bem como pensar em estratégias junto ao FORTTSUAS. Carlos também ressaltou a importância do CMAS de se aproximar mais da realidade dos trabalhadores da rede socioassistencial. Pelo chat os conselheiros também teceram alguns comentários em relação a renda média de grande parte de trabalhadores que gira em torno de um a dois salários-mínimos; e ainda foi apontada a disparidade entre os trabalhadores da rede pública com a rede privada no que se refere aos direitos, condições de trabalho e remuneração e que a própria administração pública contribui com isso, uma vez que os pisos são deficitários. A convidada Larissa ponderou que o Fórum teve muita dificuldade em realizar o contato com os profissionais em decorrência da pandemia, que implicou na impossibilidade de realizar visitas presenciais. Concordou que se faz necessário pensar em outra forma de pesquisa, mas considerando os dados levantados se faz possível elaborar outras formas de atuação, fomentando a discussão junto aos trabalhadores. Informou a realização da reunião aberta do Forttsuas-RF, marcada para sábado (13/03), e convidou todos para participação. Cidinha explicitou que o Conselho deve se apropriar do diagnóstico e articular a defesa pela política de assistência social, entretanto há encaminhamentos a serem dados por meio de outros órgãos, visto que alguns extrapolam as atribuições do CMAS. Ana Paula sugeriu que essa pesquisa seja realizada anualmente e disse ser importante a participação dos conselheiros nesse processo de articulação do Fórum. Ao final da apresentação ficou definido que os(as) conselheiros, representantes de trabalhadores(as), integrem o GT do Forttsuas para discussão e elaboração do Relatório final. Óiter sugeriu que outros conselheiros também estejam neste grupo, se assim desejarem, e posteriormente os participantes terão a atribuição de repassar as informações e propostas ao colegiado. Dando seguimento, passou-se ao item 3.2 - Protocolo de Funcionamentos dos Serviços Socioassistenciais das Unidades Estatais e Organizações da Sociedade Civil (OSC) Parceiras; Considerando que o documento foi enviado com antecedência aos conselheiros, ficou definido que seria apresentado apenas os pontos principais. Assim, Ana Paula, representando a gestão, explicou que o objetivo do Protocolo é trazer diretrizes para a Rede SUAS, considerando todos os decretos municipais, estaduais e nacionais relacionados a assistência social como política pública essencial e também as recomendações do governo federal quanto ao atendimento à população. Para elaboração do documento houve



101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

articulação com o Grupo de Trabalho que trata sobre o enfrentamento à pandemia do município e servidores da rede. Ana Paula solicitou que as situações não previstas no Protocolo sejam comunicadas à Gestão para que se pense em ações específicas e encaminhamentos necessários de acordo com cada situação. Após apresentação do documento, a conselheira Geraldine expôs sua preocupação em relação ao que diz respeito sobre os serviços socioassistenciais atenderem a totalidade da meta cofinanciada, pontuando que essa definição vai contra o que têm sido colocado em prática há um ano. Quanto a priorização dos atendimentos presenciais, Geraldine pediu esclarecimento para repassar as orientações a equipe de trabalho. Ana Paula respondeu que o Órgão Gestor está em articulação com a Vigilância Epidemiológica no sentido de verificar a capacidade de lotação para que os atendimentos presenciais estejam de acordo com o tamanho dos espaços dispostos, bem como a ventilação do ambiente. Frisou que a meta de atendimento tem que ser cumprida de acordo com o cofinanciamento, independente de ser realizado por forma presencial ou remota. No que diz respeito à priorização do atendimento presencial, Ana Paula elucidou que deve ser de acordo com a especificidade do público, garantindo a maior e melhor proteção social ao usuário. A conselheira Cláudia sugeriu que conste no texto a explicação a respeito dessa prioridade elencada e questionou se essas orientações terão alterações de acordo com as fases da pandemia e ainda quem assinaria o Protocolo. Ana Paula respondeu que a Gestão da Secretaria de Ação Social assinará assim que o documento for finalizado para que possa ser divulgado e publicado no Diário Oficial do Município. Pontuou que a assistência social tem por objetivo a proteção social, ou seja, em momentos de crise acentua-se a necessidade do serviço, por isso não há especificação que trate sobre as fases durante a pandemia. Em seguida algumas conselheiras e convidadas fizeram reflexões sobre a priorização de atendimentos presenciais, manifestando a preocupação com alguns grupos específicos que são de risco, tais como as pessoas com deficiência e idosas, uma vez que o atendimento presencial pode colocá-los em potencial risco de contaminação e a instituição tem que ter responsabilidade também com a proteção da saúde e segurança de vida destes, que é primordial, apesar de compreenderem a importância da manutenção do vínculo com os usuários. Com relação ao item 5, que traz a necessidade de organizar os deslocamentos dos usuários e profissionais de forma segura, Tina questionou como o deslocamento seria garantido pela instituição, uma vez que é oneroso e não existe financiamento para tal. Outro ponto de reflexão referiu-se ao compartilhamento das equipes da rede parceira para compor a Frente da Segurança de Acolhida junto às unidades de referência do território A convidada Viviane manifestou preocupação uma vez que o trabalhador estará em maior risco quando tiver que se deslocar no território, e ainda como resolver a questão diante de equipes reduzidas e aumento da demanda de trabalho com a pandemia. Destacou que a pesquisa do Forttsuas já demonstra que os trabalhadores estão sobrecarregados, há escassez de EPIs, dentre outras questões. Ana Paula pontuou que o proposto no protocolo tem por objetivo garantir o atendimento à população usuária e que a priorização do atendimento presencial se faz necessária uma vez que com a pandemia esse público tem situações agravadas de violação de direitos, do qual muitas vezes não



134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

se faz suficiente o atendimento de forma remota, que, muitas vezes, não contempla a demanda da família em questão. Destacou que a modalidade presencial pode se dar de diversas maneiras, como a ida do usuário na instituição ou por meio de visita domiciliar, dentre outras formas. Explicou que o item que se refere ao deslocamento dos profissionais e usuários trata sobre os veículos da prefeitura, apontando sobre o cuidado de higienização nos transportes. Iara, a fim de complementar a fala de Ana Paula, explicitou que a Gestão pensou no Protocolo partindo do princípio que o público inserido na política de assistência está vivenciando desproteção e violências agravadas, se fazendo necessária a garantia de acesso a seus direitos e a via remota não alcanca a realidade de todos, e ainda pontuou que qualquer intervenção no período de pandemia pressupõe risco, portanto há de se fazer jus a essencialidade do serviço. As conselheiras Tina, Cláudia e a convidada Viviane pontuaram que todos os usuários estão sendo atendidos sistematicamente, de forma remota ou presencial, e que algumas famílias com comorbidades estão em atendimento remoto e outras com situações muito graves de extrema vulnerabilidade são atendidos de forma presencial e individual, pois o coletivo as colocaria em risco. Algumas conselheiras destacaram ainda a necessidade de revisão do documento para que tenha maior clareza nas orientações pois o documento não contempla as informações trazidas na reunião. Concluída a apresentação, esclarecimentos e as discussões, o presidente Óiter sugeriu uma reunião entre a equipe gestora com representantes do conselho a fim de melhorar a redação visando dar mais clareza às orientações. Geraldine, Tina, Yheda e Óiter se dispuseram para tal e foi definido pelo colegiado que o documento com as devidas alterações/ajustes seja apresentado na próxima reunião do Conselho, dia 25 de março. Seguiu-se aos itens de Informe, do qual Maria Amélia fez pontuações. Relativo ao item 4.2 - Publicada a Resolução CMAS 03.2021 -Criação da Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Assistência Social de Franca; informou que a publicação referente a convocação para a Conferência Nacional ainda não foi publicada, entretanto a Comissão Organizadora se reunirá dia 18/03, a fim de iniciar a discussão a respeito da organização da Conferência Municipal. Quanto ao item 4.3 - Envio de Oficio Circular às Entidades e Organizações de Assistência Social sobre o prazo para entrega de documentação anual do CMAS, informou que será enviado ofício às Entidades, lembrando do prazo da entrega da documentação e a Comissão de Inscrição convidará as entidades a participarem de uma reunião, agendada para 25/03 às 10h, para elucidar as dúvidas a respeito dos documentos a serem entregues – com prazo de envio até 30 de abril. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às dez horas e quarenta minutos (10h40), tendo sido gravada e o vídeo ficará disponível para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.